Orçamento do Estado para 2024[1]

Adriana Lopes[2]

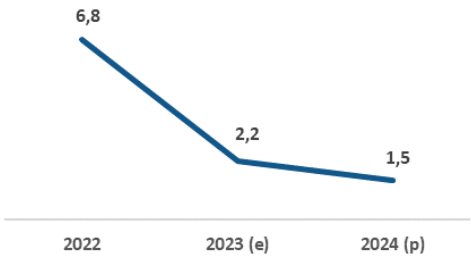
A No dia 10 de outubro, o Governo entregou na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª que materializa o Orçamento do Estado para 2024.

Contexto

O Orçamento de Estado para 2024 (OE24) foi elaborado num contexto internacional condicionado pelas tensões geopolíticas associadas à guerra na Ucrânia. O prolongamento e uma eventual escalada do conflito podem traduzir-se num recrudescimento das pressões inflacionistas sobre os bens energéticos e alimentares. Estas pressões podem também agravar-se caso se verifiquem novas reduções na produção petrolífera pelos membros da OPEP+. A manutenção da inflação subjacente num nível elevado e a hipótese de desancoragem das expetativas de inflação implicam um risco de maior restritividade da política monetária.

Apesar dos riscos subjacentes ao cenário macroeconómico, espera-se um crescimento de 1,5% em 2024 em virtude dos desenvolvimentos favoráveis no mercado de trabalho que contribuem para a resiliência da procura interna. De salientar que uma execução mais acelerada dos programas cofinanciados por fundos europeus representaria um estímulo adicional à procura interna.

Gráfico 1. PIB
(taxa de crescimento real, %)



Fonte: OE 2024.

Prioridades

O OE24 assenta em três eixos de ação:

- Valorização dos rendimentos;
- Promoção do investimento;
- Proteção do futuro.

Principais medidas

No que se refere ao primeiro eixo das prioridades, destaca-se um aumento do salário mínimo nacional, uma redução transversal de IRS com um impacto estimado de 1 327 milhões de euros em 2024 e, ainda, aumentos acima da inflação de salários – atualização com impacto líquido orçado em 1 538 milhões de euros –, pensões – atualização prevista na lei, com um impacto de 2 223 milhões de euros em termos líquidos – e prestações sociais – atualização do Indexante de Apoios Sociais, aumento do Rendimento Social de Inserção e do Complemento da Prestação Social para Inclusão.

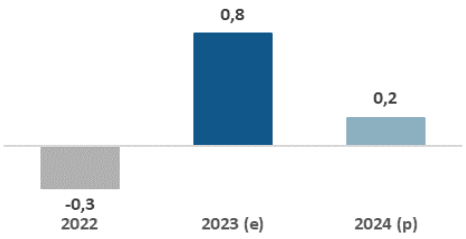
O OE24 prevê também medidas direcionadas aos jovens, nomeadamente, o IRS Jovem, a gratuitidade dos passes e a devolução de propinas e, e aos pais, através do alargamento da gratuitidade das creches e do aumento do abono de família. O OE24 reflete ainda medidas que mitiguem os custos com a habitação como

[1] Publicado no Boletim Trimestral de Economia Portuguesa (Outubro 2023).
[2] GPEARI-Ministério das Finanças.

a bonificação dos juros, o apoio à renda, a redução do IVA na eletricidade e a redução de prestações de crédito.

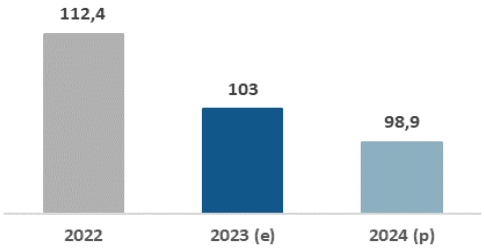
Relativamente ao segundo eixo, destaca-se (i) o incentivo ao transporte público através do alargamento do passe social e do programa de incentivo ao abate, (ii) a capitalização das empresas através do reforço fiscal à capitalização das mesmas com um impacto estimado de 180 milhões de euros e (iii) o aceleramento do investimento público que se concretiza com o programa de recuperação/reabilitação de escolas, prevendo-se 55 milhões de euros de fundos nacionais.

Gráfico 2. Saldo Orçamental
(% do PIB)



Nota: (e) estimativa; (p) previsão.
Fonte: OE 2024.

Gráfico 3. Dívida Pública
(% do PIB)



Nota: (e) estimativa; (p) previsão.
Fonte: OE 2024.

No que toca ao terceiro eixo, o OE24 garante um orçamento equilibrado, prevendo um saldo orçamental de 0,2% do PIB em 2024, uma dívida abaixo de 100% do PIB e um reforço do fundo de estabilização financeira da Segurança Social.